



MERCOSUL/RAADH/GT-NIÑOSUR/ATA N° 02/12

REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE PARA A COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS À INICIATIVA NIÑ@SUR PARA A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Realizou-se na cidade de Porto Alegre, República Federativa do Brasil, nos dias 03 e 04 de setembro de 2012, a Reunião da Comissão Permanente para a Coordenação e a Implementação de Ações relativas à Iniciativa Niñ@sur para a Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CP Niñ@sur), com a presença das Delegações de Argentina, Brasil e Uruguai, como Estados Parte, e da Delegação do Chile, como Estado Associado.

A composição das delegações participantes encontra-se no **Anexo I** da presente Ata.

1. Abertura pela presidência pro-tempore do Brasil

A representante da delegação brasileira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmen Silveira de Oliveira, iniciou a reunião dando boas-vindas às delegações e convidou para compor a mesa de abertura o Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Brasil, senhor Carlos Nicodemos, a Relatora da OEA sobre Crianças e Adolescentes, Rosa Maria Ortiz e a Diretora de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Tâmara Biolo Soares e a senhora Valéria, representante do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL. A PPT brasileira registrou a presença das representações da sociedade civil: Associação Nacional dos Centros de Defesa de Crianças e Adolescentes, a União Marista do Brasil, Plan Internacional, Save the Children e outras listadas no Anexo I.

A PPT brasileira registrou a ausência da delegação do Paraguai por questões relacionadas à sua suspensão dos órgãos do MERCOSUL. Lembrou ainda que a delegação do Paraguai sempre contribuiu qualitativamente para as discussões da CP Niñ@sur.

Procedeu-se à leitura e aprovação da agenda da reunião, que consta como **Anexo II** da presente ata. A representante do IPPDH solicitou que o item 2b da agenda fosse discutido na tarde do dia 04 de setembro, o que foi acatado pelos presentes. A PPT brasileira lembrou que os representantes da sociedade civil teriam a oportunidade de se manifestar após as intervenções das delegações, em cada ponto da agenda.

2. Debate Geral: Saúde Mental e Medicalização, Infância e Adolescência

A delegação da Argentina apresentou o problema do crescente número de crianças e adolescentes que vem sendo medicadas indiscriminadamente, além do crescente número de diagnósticos de patologias que levam a tratamento bastante intenso por parte de profissionais. Há também número crescente de crianças que são submetidas a pesquisas experimentais, o que traz também conseqüências psicológicas. Outro tema



de preocupação é o uso de medicamentos por parte das crianças e adolescentes, especificamente das crianças em idade escolar. Por fim, citou as dificuldades de adaptação de crianças na escola, que acabam levando ao diagnóstico e estigmatização precoce.

A importância do tema remete sua discussão à Comissão Niñ@sur, ressaltando a preocupação dos países da região, iniciada pelo incentivo de organizações como o "Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade", associações pediátricas, entre outras.

Em seguida, Wanderlino Nogueira Neto, representante da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, problematizou o atendimento dos adolescentes em conflito com a lei no Sistema Nacional Socioeducativo. Escreveu artigo sobre a questão, com destaque para a análise da situação de São Paulo, em que houve registro da psiquiatrização e medicamentação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, caso que parece ser também o do Rio Grande do Sul.

Wanderlino Nogueira Neto afirmou que a tendência dos internos submetidos a psiquiatrização e medicamentação indiscriminada parte do conceito de periculosidade na responsabilização adolescentes. Há, nesse contexto, a necessidade de melhorar a atenção em saúde mental nas unidades de internação, com melhor capacidade de identificação dos casos que necessitam de cuidados especializados. O diagnóstico e a intervenção nesses casos devem ser realizados com o maior rigor técnico.

Nogueira Neto afirmou que a sociedade deve estar muito atenta às violações de direitos humanos ocorridas nas unidades de atendimento socioeducativo. O atendimento socioeducativo deve evitar a perspectiva estritamente criminológica, que leva à psiquiatrização e medicamentação generalizada dos adolescentes. Por fim, lembrou que é necessário garantir o direito à participação ativa de crianças e adolescentes.

Carlos Nicodemos, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Brasil (CONANDA), apresentou a situação dos casos de internação compulsória ocorridas no Estado do Rio de Janeiro. Registrou que a 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente repudiou a medicalização excessiva de crianças e adolescentes por meio de moção aprovada na plenária final. Recomendou que o tema seja desenvolvido no Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Nicodemos observa que a aprovação da lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo permite a criação de ferramentas que viabilizam a individualização do atendimento adolescentes, em suas múltiplas dimensões.

A delegação uruguaia informou que há uma ampla discussão por parte da sociedade civil daquele país sobre o tema da medicalização. Primeiramente, fala sobre a modificação do modelo de família nuclear tradicional, que não é mais a dominante no

9.  2



país. Não há, contudo, novo paradigma que substitua esse modelo, mas informou que as instituições públicas estão trabalhando para levar o debate adiante.

Há, ainda, novos aspectos no debate, como a autorização para comercialização de maconha no país. Ressaltou o alto índice de uso de psicotrópicos vinculado ao interesse da indústria farmacêutica. Nesse contexto, lembrou a dificuldade de fiscalização e controle do setor privado por parte dos Estados e discorreu sobre a patologização dos sintomas sociais. A delegação uruguaia sugeriu ainda a criação de protocolos clínicos padronizados nos países do MERCOSUL. Sugere que haja a integração de outras instâncias do MERCOSUL na discussão, dada a multiplicidade de aspectos envolvidos no debate. Ressaltou que é importante utilizar os espaços educativos para criar iniciativas de conscientização entre as crianças e adolescentes.

A delegação argentina ressaltou as dificuldades de lidar com a opinião pública, que nem sempre são as mais protetivas para crianças e adolescentes em um enfoque de direitos. Há o problema das "instituições duplas ou mistas", que tratam tanto do uso e abuso de drogas quanto de infrações cometidas por causa dessa dependência. A relação desses aspectos com a segurança necessita de maior discussão por parte dos países da região. Conseguiram assinar dois protocolos: atenção a crianças e adolescentes em instituições de internação e de atenção em ambulatório. Informou que outro problema é a falta de instituições públicas de internação que tratem de crianças e adolescentes sob a perspectiva de promoção e proteção de direitos.

A PPT brasileira apresentou os principais fatos levantados na discussão: medicalização na escola e no sistema socioeducativo, o uso de laudos no sistema de justiça com base em disfunções sociais, a questão da aplicação de "medidas de segurança" para adolescentes (caso específico de São Paulo) e a internação compulsória de crianças e adolescentes em situação de rua.

Retomou os debates sobre a questão da medicalização, ressaltando os diagnósticos com base em diagnósticos imprecisos; o alto uso de psicotrópicos com base em interesses da indústria farmacêutica; a patologização de comportamentos sociais; a medicalização para o controle social de crianças e adolescentes; o avanço do discurso da periculosidade, com o aumento das discussões na mídia que levam ao risco de retrocessos na sociedade; as dificuldades de controle da atuação do setor privado; a produção de estigma da doença que leva a uma segunda discriminação em nome de discursos protetivos.

A PPT brasileira informou o sítio eletrônico do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade no Brasil: <http://medicalizacao.com.br/>, bem como divulgou que tramita projeto de lei da Senadora Ângela Portela que altera o artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever que o uso de psicofármacos deve ocorrer mediante protocolos aprovados pelo Ministério da Saúde ou por entidades indicadas pelo Ministério.

Representantes da sociedade civil registraram preocupação quanto à troca de uma droga ilícita por outra lícita em casos de internação. Além disso, informaram que há casos de meninas em situação de exploração sexual que são medicadas para a

 3



redução da libido, caso grave de violação de direitos.

A integrante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Rosa María Ortiz, falou da importância do papel do Estado, que deve desenvolver política de saúde mental que abranja a multiplicidade de questões suscitadas na discussão. Ademais, sugeriu a necessidade de envolver também crianças, adolescentes, família e comunidade. As crianças e adolescentes devem ser empoderados para lidar com essas questões.

Principais Encaminhamentos:

- a. Declaração geral da CP Niñ@sur sobre a medicalização indiscriminada de crianças e adolescentes, voltada para levantar a discussão com gestores públicos, escolas e entidades profissionais e setor privado, enfatizando o estabelecimento e cumprimento de marcos regulatórios sobre o tema.
- b. Resolução visando a integração da RAADH e da Reunião de Ministros de Saúde do MERCOSUL, com o apoio técnico do IPPDH sobre a necessidade de analisar e aprofundar a discussão sobre o tema, sob perspectiva de violação de direitos de crianças e adolescentes;
- c. Decidiu-se que as instituições nacionais de direitos humanos de crianças e adolescentes encaminharão demandas ao poder judiciário de cada país para problematizar a questão da medicalização de crianças e adolescentes, mesmo com decisões judiciais a respeito.

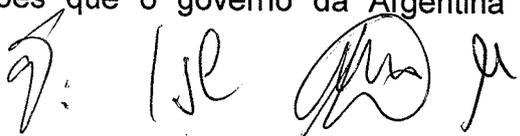
3. Seguimento ao Estudo Mundial sobre Violência contra Crianças: informe dos países com foco no desenvolvimento de sistemas de informação.

A PPT brasileira ressaltou que a Comissão Permanente tem como costume realizar informes sobre o tema da Violência contra Crianças e que nesta reunião ficou definido que o foco seria especificamente no desenvolvimento de sistemas de informação sobre a violência, conforme recomendações do Estudo Mundial.

A delegação da Argentina iniciou a rodada de apresentações informando os marcos normativos do país que tocam no assunto do enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, em particular a Lei 26.061 que trata sobre a proteção de crianças e adolescentes. Lembrou que a proteção de crianças e adolescentes contra toda forma de violência representa a garantia de um direito.

A Argentina lembrou ainda que o seu Código Civil fala sobre as “correções moderadas” e que, portanto, precisa ser reformado para proibir qualquer possibilidade de castigos físicos. Informou que as instituições de direitos humanos de crianças e adolescentes estão trabalhando para emendar os termos do código em particular no que se refere ao interesse superior da criança.

A delegação argentina informou à Comissão Permanente sobre o trabalho do Conselho Assessor de Comunicação Visual e Infância, que tem como mandato fazer pesquisa e levantamento de informações relacionadas à infância e também quanto aos casos de violência. Informou ainda sobre o Sistema de coleta de dados de violência e maus tratos nos domicílios. Além disso, lembrou as ações que o governo da Argentina tem

 4



realizado nas províncias, como os seminários que promovem os bons-tratos e o fortalecimento das famílias.

No que tange as políticas públicas, o governo da Argentina lembrou que é importante uma estratégia nacional com planos e programas, entretanto, ressaltou que também é importante que as províncias possam desenvolver os seus planos regionalizados com o apoio do governo central.

A delegação da Argentina ressaltou a importância de se tirar da invisibilidade a violência contra a criança. Um dos pontos principais é a violência contra crianças entre 0 e 4 anos, que principalmente não podem denunciar os maus tratos. Uma das ações para enfrentar esse problema é por meio da capacitação de profissionais de educação da educação infantil sobre a violência contra crianças. Ressaltou que para o Governo Federal da Argentina é importante realizar ações com as províncias. Apresentou ainda uma campanha para os bons-tratos. A campanha envolve outdoors e cartazes voltados contra o castigo físico. Apresentou também um fluxo de informações a ser utilizado pela Educação no diagnóstico da violência ou abuso contra crianças, em particular entre 0 e 4 anos. A proposta é implementar fluxo semelhante também no sistema de saúde.

A delegação do Uruguai fez uma apresentação citando as recomendações do Estudo Mundial e listando as ações que estão envolvidas com o cumprimento das recomendações. Em particular, informou que o Uruguai foi um dos primeiros países da região a ter uma lei que proíbe o castigo físico. No que tange a gestão de sistemas de informações (SIPIAF), o Uruguai informou que o INAU faz parte de um grupo de diagnóstico que tem planejado um sistema específico para o levantamento de dados e que está prevista uma pesquisa domiciliar que propiciará o diagnóstico dos casos de violência.

A delegação também informou o estabelecimento de um sistema nacional de cuidados que inclui ações de participação social e que permita uma mudança cultural para as questões de cuidado de crianças e adolescentes, principalmente no que se refere ao cuidado compartilhado de pais e mães.

Relatou ainda que se está estabelecendo um diálogo com diversos organismos a partir de uma parceria com o UNICEF em conjunto com as organizações de imprensa do Uruguai e dos meios de comunicação, para um espaço de discussão sobre o conteúdo dos meios de comunicação e essa vinculação com a proteção de crianças e adolescentes, ou aqueles relacionados à produção e reprodução da violência. Esse diálogo é baseado na auto-regulação, mas também na co-regulação dos conteúdos.

A delegação do Brasil apresentou os dados que demonstram a evolução da violência contra crianças e adolescentes em relação à idade/faixa etária. Em seguida o Brasil apresentou o SIPIA, sistema de informações para a infância e adolescência que está integrado com módulos envolvendo os conselhos tutelares, as unidades de aplicação de medidas socioeducativas, os programas de proteção a ameaçados de morte e de enfrentamento da violência sexual, bem como os cadastros nacionais (adoção, acolhimento, desaparecidos, etc).

 5



Em relação ao SIPIA, a delegação do Brasil apresentou um histórico sobre a evolução do sistema de 1999 a 2012 e em seguida citou a construção da ficha de notificação compulsória integrada do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) que envolve desde os conselhos tutelares até as redes de saúde, educação e assistência social. A ficha é única e será utilizada para a inserção de dados em um sistema único de notificações do Ministério da Saúde.

No debate, a delegação da Argentina mencionou que na região não há uma cultura de dados, mas sim uma cultura contra os dados e que é importante avançar nessa agenda, mesmo com as dificuldades de colher informações e de mudar a cultura. Além disso, Argentina informou que tem problemas em relação aos equipamentos municipais que estão ligados também com a divisão do país em Estado federado e o desenvolvimento desigual. Entretanto, pontuou como um avanço a transferência de fundos diretamente para as províncias.

Uruguai informou que um dos problemas metodológicos do sistema é a estrutura em que está construído, em particular sobre a perspectiva dos direitos e a forma como se vinculam qualitativamente os dados. Politicamente está vinculado ao fato de que, quanto mais dados se colhem, a opinião pública considera que houve um aumento das violações e não um aumento da pura notificação e diagnóstico. Além disso, lembrou que o Estado precisa estar preparado para colher a informação, mas também para atender, enfrentar as violências e dar respostas aos casos.

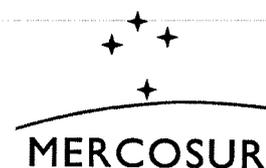
A delegação do Brasil sintetizou as apresentações informando sobre os marcos legais, nos quais Brasil e Argentina estão em processo de reforma legal para prever a proibição dos castigos corporais, sendo que no Uruguai já há uma legislação específica. Além disso, os países pretendem fazer reformas no código civil quanto à violência. O Brasil lembrou ainda que há marcos regionais de co-regulação dos conteúdos da mídia e meios de comunicação. Lembrou que todos os países possuem redes notificadoras que precisam ser integradas e que, além disso, todos pontuaram a necessidade da criação de índices. O Brasil informou ainda que houve acordo de que ainda há uma inviabilidade quanto à violência nos domicílios e também na primeira infância. Lembrou que há a necessidade do estabelecimento de protocolos éticos de divulgação de dados.

Em seguida, a delegação do Brasil citou os arranjos institucionais que se relacionam com a adequação das redes para um fortalecimento do processo de acompanhamento da notificação. Além disso, citou a importância da transferência de fundos para as redes locais e aproximação dos governos com essas redes. Importante também o maior investimento no desenvolvimento das competências familiares.

4. Informe sobre a biblioteca virtual da Comissão Permanente Niñ@sur

A delegação da Argentina apresentou a página do Niñ@sur que está vinculada ao site principal do MERCOSUL (www.mercosur.int/ninosur/). Dentro desta página, está hospedada a Biblioteca Virtual, cujo preenchimento pelos demais países foi incentivado pela delegação da Argentina, tanto pelos gestores nacionais, bem como com as

 6



organizações da sociedade civil. Além disso, foi solicitada a revisão, por cada país, do informe sobre o seguimento do Estudo Mundial sobre a Violência contra Crianças e Adolescentes.

5. Comentário Geral do Comitê dos Direitos da Criança sobre Crianças e o meio Empresarial

A delegação Argentina fez diversas observações ao Comentário Geral, em particular a partir da ênfase dada aos direitos humanos. De acordo com a Argentina era preciso especificar a forma do Estado de regular a atuação da iniciativa privada para o respeito aos direitos de crianças e adolescentes. A delegação pontuou também o tema dos medicamentos e a pesquisa em relação à indústria farmacêutica e indústria de laboratórios, que poderiam influenciar a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Uruguai ressaltou que concorda com os apontamentos da delegação Argentina em geral e propôs a criação de um grupo de trabalho para analisar essa e outras propostas de comentário geral emitidas pelo Comitê dos Direitos da Criança da ONU. Lembrou ainda que o produto final do comentário emitido pelo Comitê deve contribuir com a responsabilidade empresarial, mas delimitar um norte conceitual importante para a atuação dos Estados.

Argentina esclareceu que o Comitê está trabalhando não somente nesse Comentário Geral, mas também em outros, em particular um sobre o interesse superior da criança e sugeriu que se aprove um pedido ao Comitê para que solicite as contribuições do Niñ@sur. Lembrou que após aprovação de um Comentário Geral, as disposições se tornam marco e que aportes da nossa região são importantes para a legitimidade do texto e dos seus efeitos.

A PPT brasileira resumiu os aspectos técnicos do documento e manifestou que o texto apresentava mais os princípios do que as estratégias e ações necessárias. Lembrou que no III Congresso Mundial já houve a preocupação dos Estados em discutir a participação das empresas. Neste tópico, o Brasil pontuou que a proposta de Comentário Geral demonstra uma tensão entre os discursos neoliberal e progressista. Em seguida Sintetizou as discussões listando os encaminhamentos:

- a. Argentina ficou responsável de consolidar, no documento do Comitê, os aportes do bloco e compartilhar com os demais para acordo final e posterior envio ao Comitê;
- b. Solicitar ao IPPDH que envie ao Comitê os comentários e contribuições apresentadas durante a reunião da CP Niñ@sur acerca da proposta de Comentário Geral, reiterando o pedido que se fez de ter acesso às demais propostas de comentários gerais, em particular aquela sobre Interesse Superior da Criança;
- c. Criar grupo de trabalho de atuação virtual, com indicação de cada país, para a análise continuada das propostas de Comentários Gerais a serem emitidas pelo Comitê dos Direitos da Criança, sendo que esse tema passa a constar da agenda permanente da Comissão;

7



6. Debate sobre a proposta de resolução apresentada pelo Brasil para alteração da terminologia do *Programa Interamericano para la Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual Comercial Infantil, Tráfico y Trata de Niños, Niñas y Adolescentes*;

A PPT brasileira fez um breve resumo do contexto de apresentação do projeto de resolução, informando que a discussão sobre o termo “exploração sexual comercial” é antiga e remonta principalmente às discussões do III Congresso Mundial.

Uruguai informou que nacionalmente o INAU participa de um Comitê Nacional sobre o tema do enfrentamento da violência sexual e que concorda com o contexto apresentado e também com as propostas, mas considera que há um risco na ampliação da abrangência quanto ao reflexo que se dá às decisões de conselhos e poder judicial. Compartilharam a proposta de mudar o projeto de resolução para que conste: *Explotación Sexual Comercial y No Comercial Infantil*.

Brasil lembrou que a discussão que foi levada a cabo junto ao ECPAT Internacional lembrava que a exploração sexual de crianças e adolescentes não pode ser aceita, sendo comercial ou não. Lembrou ainda que o termo comercial pode suscitar discussões conceituais e permitir que juízes adotem decisões contrárias ao interesse de crianças e adolescentes.

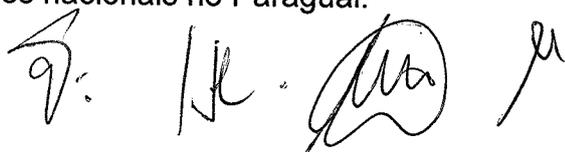
Argentina lembrou que a mudança do nome do programa não afeta diretamente as políticas nacionais e que estas permaneceriam direcionadas de acordo com a necessidade e as peculiaridades de cada país. Ademais, Argentina lembrou que o termo “exploração” já prevê a ganância e o desejo pelo lucro, seja financeiro ou não.

Ao final da discussão, os Estados concordaram em manter a proposta brasileira acrescida de um parágrafo a ser preparado pela delegação do Uruguai que resguardará as decisões e sistemas de justiça de cada país individualmente. O texto deverá ser entregue pela delegação uruguaia até o fim da RAADH.

7. Informe de seguimento sobre o pedido de opinião consultiva sobre Crianças e Adolescentes Migrantes;

O Secretário Executivo do IPPDH fez uma breve apresentação sobre o pedido de opinião consultiva. Informou que a audiência pública estava programada para o mês de agosto, entretanto foi postergada por motivo da suspensão do Paraguai dos órgãos decisórios. Ressaltou que o Instituto pondera que o ideal seria suspender a realização da audiência até que fosse possível o retorno do Paraguai ao bloco após as eleições de abril de 2013, sem prejuízo das demais ações envolvendo o tema no âmbito regional.

A PPT brasileira disse concordar com a proposta do IPPDH, tendo consultado a sua Chancelaria. Nesse sentido, os Estados de Argentina e Uruguai acompanharam a PPT brasileira e acataram por unanimidade a sugestão do IPPDH de postergar a realização da audiência pública para depois das eleições nacionais no Paraguai.

 8



Encaminhamento:

- a. A Comissão Permanente decidiu submeter à RAADH a decisão sobre postergar a realização da audiência pública sobre Crianças e Adolescentes Migrantes na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

8. Aprovação do Programa de Ações sobre Crianças e Adolescentes Migrantes, proposto pelo IPPDH durante a XXI RAADH;

O representante do IPPDH, Victor Abramovich, apresentou um histórico de preparação do Programa de Ações sobre Crianças e Adolescentes Migrantes. Informou que o Programa foi discutido e atualizado em diversas reuniões especializadas do MERCOSUL, a saber: Reunião de Ministros do Interior, MERCOSUL Educação, Reunião Especializada sobre Assuntos Consulares, Reunião de Ministros da Saúde, Reunião de Ministros da Justiça e a Reunião sobre Assistência Social (CCMAS).

Em seguida o representante propôs os seguintes encaminhamentos por parte da CP Niñ@Sur e da RAADH no que tange a execução do Programa:

- 1) Seguimento dos acordos regionais em matéria migratória (criar mecanismo seguimento entre pares) com mecanismos de cooperação técnica e financeira; O projeto poderia ser submetido para buscar recursos do FOCEM.
- 2) Aproximar as áreas de infância, Justiça e migrações por meio da integração e atuação do IPPDH;
- 3) Aprovação da Comissão Permanente e encaminhamento à CCMAS.

9. Apresentação do mandato da Relatora sobre os Direitos da Criança e do Adolescente – Rosa Maria Ortiz;

A Comissão Permanente concedeu espaço para a apresentação do mandato da senhora Rosa Maria Ortiz, integrante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e também Relatora para o tema da Infância e Adolescência.

A relatora agradeceu a oportunidade e lembrou a importância da Comissão Permanente regionalmente, a luz do que preconiza a Convenção dos Direitos da Criança. Registrou que a Comissão Permanente Niñ@Sur é um exemplo para todo o mundo, lembrada e respeitada nos fóruns de discussão da infância e adolescência. A senhora Rosa Maria Ortiz, que também é relatora para o Haiti na Comissão Interamericana, informou que no último semestre se esforçou a levar ao conhecimento dos demais países a situação do Haiti e a fomentar a cooperação em temas estratégicos.

A senhora Rosa apresentou rapidamente o papel da Relatoria Interamericana, que segundo ela está voltada em princípio à questão da violência física contra as crianças, justiça juvenil e proteção de crianças e adolescentes institucionalizados.

A relatora apresentou as ferramentas de que a Comissão dispõe para resolver controvérsias entre os Estados e a sociedade em geral, como é o caso das audiências

9



temáticas, que envolvem os três atores (Comissão, Governos e Sociedade Civil) em torno de um assunto específico de debate. Além das audiências temáticas, citou a possibilidade de visitar os países, o que está previsto no mandato dos comissários tanto quanto a possibilidade de requerer informações dos Estados sobre situações específicas. Explicou os números da Comissão, em particular o número de pedidos que chegam para o grupo anualmente e a forma como se prioriza os casos que devem ser analisados primeiro (crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência).

Ao final, mencionou algumas jurisprudências da Corte Interamericana de Direitos Humanos e que podem ser utilizadas pelos Estados do MERCOSUL em casos nacionais. Citou em particular os casos de privação de liberdade no Paraguai e sobre crianças e adolescentes desaparecidos em El Salvador, além do processo chileno sobre a participação de crianças e adolescentes na tomada de decisões sobre o seu futuro.

Além disso, a relatora informou que há interesse do CARICOM em conhecer a Comissão Permanente Niñ@Sur. Neste sentido o pleno decidiu encaminhar o convite de aproximação por meio do IPPDH. Ademais, o Instituto Interamericano dos Direitos Humanos informou a sua disposição para cooperar com a Comissão Permanente Niñ@sur.

O plenário da Comissão Permanente manifestou a importância de uma aproximação da Relatora com o *Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes* (IIN), órgão especializado da OEA, em particular no tema da justiça penal adolescente e no marco dos documentos do IIN. Mais além, sugeriu que o tema de crianças e adolescentes e o crime organizado faça parte da agenda da próxima reunião da Comissão Permanente durante a PPT do Uruguai.

Encaminhamentos:

- a. Envio de convite ao CARICOM para participação na próxima reunião da Comissão Permanente.
- b. Inserir o tema de crianças e adolescentes e o crime organizado na agenda da próxima reunião da RAADH durante a PPT uruguiaia;

10. Eleição para o Conselho Diretor do IIN;

O plenário da Comissão Permanente Niñ@Sur decidiu apoiar a candidatura do Dr. Javier Salsamendi, do Uruguai, para a presidência do Conselho Diretor do *Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes* (IIN), órgão especializado da OEA.

A delegação do Uruguai manifestou o seu agradecimento quanto ao voto de confiança dos países do bloco à candidatura informando em linhas gerais o que será possível encaminhar no Instituto nos próximos períodos.

Encaminhamento:

- a) Proposta de acordo da RAADH para manifestar o apoio do grupo de países em relação à candidatura do senhor Javier Salsamendi à presidência do Conselho Diretor do IIN.

10



11. Eleição para o Comitê dos Direitos da Criança da ONU;

O plenário da Comissão Permanente Niñ@Sur vê com interesse a candidatura do Dr. Wanderlino Nogueira Neto e da senhora Sara Oviedo para membros do Comitê dos Direitos da Criança, e submeterá uma proposta de acordo à plenária da RAADH sobre as candidaturas.

Encaminhamento:

- a) Estruturar proposta de acordo da RAADH para manifestar o apoio do grupo de países em relação às candidaturas.

12. Projeto de resolução do GRULAC a ser discutido e aprovado durante a Assembleia Geral da ONU;

A PPT brasileira apresentou um resumo dos termos do projeto de resolução apresentado pelo Grupo dos Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC), em particular os pontos inovadores que tratam sobre a proteção de crianças e adolescentes indígenas e também aqueles que tratam da renovação do mandato da Representante Especial do Secretário Geral da ONU sobre Violência contra as Crianças.

A delegação brasileira informou que o texto do projeto de resolução foi adotado por consenso no GRULAC, mas que o ponto relacionado ao financiamento do mandato da senhora Marta Santos Pais com recursos do orçamento regular da ONU pode encontrar resistência de blocos como a União Europeia. Entretanto, os Estados ponderaram que a proposta está em consonância com as discussões realizadas no âmbito regional e aprovaram a proposta por unanimidade.

Encaminhamento:

- a) A PPT brasileira ficou responsável por informar ao GRULAC em Nova York decisão da Comissão Permanente Niñ@Sur acerca da proposta.

13. Informe sobre a Estratégia Regional PAIR MERCOSUL;

A equipe técnica do projeto fez um resumo sobre a Estratégia Regional, informando o número de cidades envolvidas bem como as etapas que foram cobertas pelo projeto nesse período até setembro de 2012. Lembrou que a Estratégia tem prazo de conclusão em dezembro e que o produto final deverá ser aprovado pela RAADH para envio e conclusão junto ao BID.

A equipe solicitou que o plenário da Comissão Permanente indique representantes para o grupo que iniciará responsável por construir a proposta de Plano Regional da Estratégia. Além disso, a equipe técnica questionou sobre como procederá à assinatura do produto final da Estratégia pela delegação do Paraguai, tendo em vista a sua suspensão das atividades do MERCOSUL.

Encaminhamentos:



- a) Os planos locais devem ser finalizados até o fim de outubro e o Plano Regional em novembro;
- b) Realizar nova reunião da Comissão Permanente em dezembro conjuntamente com o pleno da Reunião de Altas Autoridades;
- c) A PPT brasileira se responsabiliza por fazer as consultas necessárias para resolver a questão da assinatura pelo Paraguai do Plano Regional, tendo em vista que o projeto precisa ser finalizado obrigatoriamente até dezembro de 2012.

14. Seminário Brasil-EUA sobre o Empoderamento das Meninas: apresentação e convite aos países participantes;

A PPT brasileira apresentou o projeto de seminário, bem como a Nota Conceitual que apresenta os aspectos preliminares do evento. O Brasil convidou a Comissão Permanente a apoiar o evento bem como a participar enviando participantes meninas e gestores da política de infância e adolescência para o Brasil em novembro.

As delegações de Uruguai e Argentina congratularam a proposta e a iniciativa brasileira na realização do evento em conjunto com o governo dos Estados Unidos da América. Informaram ainda que realizarão consultas internas tendo em vista a necessidade de articular com outras instituições nacionais, em particular aquelas que lidam com as questões de gênero. Ademais, os países precisam analisar a forma de participação das adolescentes, o que requer acompanhamento de responsáveis etc.

15. Conferência Global sobre a Erradicação do Trabalho Infantil;

A PPT brasileira informou que a Presidenta Dilma Rousseff assinou decreto estabelecendo a data de outubro de 2013 para a realização da Conferência. De acordo com as informações apresentadas, foi criada uma Comissão Organizadora que envolve a participação de diversos órgãos do governo brasileiro tais como o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das Relações Exteriores e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A PPT informou ainda que haverá uma reunião inicial preparatória com envolvimento da OIT ainda em outubro de 2012.

As delegações apoiaram a iniciativa e se responsabilizaram por enviar o informe às instâncias nacionais com vistas a preparação interna para a Conferência.

16. Reunião conjunta sobre tráfico de pessoas (RAADH, RMJ e REM);

A PPT brasileira informou que na Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL ficou aprovado um mapeamento de todas as iniciativas regionais acerca do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Para tanto, a RMJ pede em Ata o apoio da RAADH para conceder mandato ao IPPDH para realizar o mapeamento a partir da integração com as diversas reuniões especializadas.

Encaminhamento:

12

- a) Considerando que no âmbito da RAADH a CP Niñ@Sur é a única instância que trata do tema de tráfico de pessoas, o plenário da Comissão Permanente decidiu por propor resolução da RAADH acerca do pedido da RMJ, em particular no que tange ao mapeamento das ações regionais, bem como a realização de reunião conjunta daquelas instâncias especializadas que lidam com o enfrentamento ao tráfico de pessoas no MERCOSUL.

17. Crianças e adolescentes privados de cuidados parentais e institucionalizados: apresentação de diagnóstico de cada país;

A delegação Argentina iniciou os informes apresentando um diagnóstico sobre a situação de crianças e adolescentes sem cuidados parentais e institucionalizados. Inicialmente fez uma introdução citando as normas vigentes e o quadro atual da descentralização de serviços de proteção. A delegação informou que na Argentina existem 14.675 crianças e adolescentes sem cuidados parentais e que a maioria das crianças está localizada em Buenos Aires. Além disso, informou que 44% desse grupo se enquadra na faixa etária de 13 a 17 anos.

Do número de crianças e adolescentes institucionalizados, 88% está inserido nas instituições privadas de acolhimento conveniadas com o governo e 12% nas instituições privadas não conveniadas. A principal forma de ingresso nas instituições de acolhimento a violência e o mau trato numa proporção de 44% dos casos, seguido de 31% nos casos de abuso. No sentido inverso 54% dos egressos seguem para reintegração familiar.

A delegação da Argentina listou alguns mitos que seguem entre o poder judicial e o organismo administrativo de proteção de direitos. No cenário atual, toda criança e adolescente argentino, por distintas circunstâncias, está sob cuidado do Estado. O Estado inclusive é responsável por reduzir o estigma que é imposto às crianças e adolescentes sem cuidados parentais. A delegação argentina ressaltou que a separação de crianças e adolescentes de suas famílias ocorre necessariamente por meio de uma decisão do Estado que nunca deve ser infundada, arbitrária, discriminatória, imparcial, abusiva ou autoritária.

Ao final, a representação da Argentina citou que há uma confusão conceitual acerca do acolhimento familiar e as possibilidades de adoção, sendo que este acolhimento segue sendo uma modalidade de institucionalização. Inclusive, há situações em que o operador do sistema de proteção se acomoda com a alocação da criança em uma família acolhedora e não avança no processo de atendimento. Registrou que no caso da Argentina há um alto grau de escolarização entre crianças e adolescentes sem cuidados parentais, alto nível de documentação, acesso ao direito à saúde e dos direitos da pessoa com deficiência à pensão do Estado.

Em conclusão, a delegação da Argentina registrou que o número de crianças e adolescentes sem cuidados parentais é menor do que se havia previsto. Registrou que há uma diminuição das institucionalizações por razões assistenciais, mas que as razões atuais de ingresso são mais complexas e, portanto, mais difíceis de solucionar.



13



A delegação do Uruguai apresentou uma análise sobre a situação atual de crianças e adolescentes sem cuidados parentais. No sistema uruguaio, a gestão também é compartilhada com as organizações da sociedade civil. No Comitê Interinstitucional de gestão, governo e sociedade civil discutem as linhas de operação das instituições que trabalham com o tema do acolhimento. Ressaltou o programa Uruguai Cresce Contigo que possui ações nessa temática e também a iniciativa de que nenhuma medida de internação será aplicada com o pretexto de proteger.

A delegação uruguaia informou que 5.449 crianças e adolescentes estão sem cuidados parentais no Uruguai. Desse número, 1.202 estão em lares alternativos. A delegação refletiu que há um importante processo iniciado com a lei aprovada em 2009 que trata sobre as adoções. A delegação apresentou ainda os números dos centros de acolhimento. De acordo com a faixa etária, 8% das crianças têm entre 0 e 2 anos de idade e 24% entre 8 e 12 anos, bem como 18% entre 13 e 17 anos. A delegação uruguaia ressaltou que nos casos de 0 a 2 anos, as crianças não podem permanecer mais do que 45 dias nos centros de acolhimento.

O Uruguai iniciou um processo de vinculação entre os centros de acolhimento e os processos de adoção e das famílias de acolhida. Além disso, o Uruguai resalta a importância de se estabelecer uma conexão entre as crianças e suas famílias biológicas. Registrou que no Uruguai há o controle total do processo de adoção e que o INAU é responsável pela habilitação dos candidatos à adoção.

A delegação da Argentina registrou ainda uma diminuição do orçamento voltado ao acolhimento institucional e um aumento do orçamento voltado para o fortalecimento da família e dos vínculos familiares. Ressaltou que no caso da Argentina o maior número de postulantes desejam crianças pequenas entre 0 e 2 anos.

A PPT brasileira apresentou os números do abrigo no Brasil, sendo que 36.929 crianças e adolescentes estão abrigadas de uma população de 56 milhões. Registrou que existem 2.624 instituições de acolhimento presentes em 1.157 municípios brasileiros. Ressaltou que todas as instituições de acolhimento investigadas recebem algum tipo de recurso do Estado, sendo 65% privadas e 35% públicas. Em relação à faixa etária, informou que 25% das crianças estão entre 0 e 5 anos e 39% entre 12 e 17 anos de idade.

A delegação do Brasil apresentou ainda o cenário do Cadastro Nacional de Adoção, no qual se registra uma discrepância entre as expectativas dos mais de 28 mil postulantes a adoção e as características das 5.229 crianças e adolescentes aguardando a adoção. No caso brasileiro, registrou os avanços da política pública, em particular dos planos e marcos normativos: Plano Nacional do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Lei de Adoção e Lei sobre a Alienação Parental, além das normas técnicas sobre serviços de acolhimento e a resolução conjunta do Conanda e do CNAS sobre as comissões intersetoriais vinculadas ao tema da convivência familiar e comunitária.

O Brasil também apresentou os cadastros nacionais mantidos pelo Estado que focalizam a convivência familiar e comunitária, como o Cadastro de Adoção, o

 14



Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, o Cadastro de Acolhimento e a Pesquisa Censitária sobre Crianças e Adolescentes em situação de rua.

Registrou ainda as ações do Plano Brasil Sem Miséria e as ações do Brasil Carinhoso. No que tange à Estratégia Brasil Protege suas Crianças e Adolescentes, o Brasil apresentou as ações voltadas à integração dos poderes Executivo e Judiciário quanto ao acolhimento institucional, além do desenvolvimento e implementação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos com interoperabilidade entre o Cadastro Nacional de Adoção e Censo SUAS.

A Estratégia tem como ações também a capacitação dos profissionais dos serviços das redes de CRAS/CREAS para acompanhamento das famílias com crianças e adolescentes em situação de rua, o re-ordenamento dos serviços de acolhimento com adequação física, o reajuste do co-financiamento e o fomento de metodologias diferenciadas nos serviços de acolhimento.

Em conclusão a delegação do Brasil listou os desafios que o país enfrentará nos próximos períodos e deu ênfase à articulação das redes nacionais que trabalham com o tema de promoção do direito à convivência familiar e comunitária.

Encaminhamentos:

- a) Foi aprovada a sugestão do Brasil de inserir na agenda da próxima RAADH o tema da adoção nacional e internacional.

18. Data tentativa da próxima reunião

As delegações definiram que será solicitado à RAADH a realização de uma nova reunião da CP Niñ@Sur conjuntamente com a reunião de Altas Autoridades em dezembro.

19. Lista de propostas de resolução elevadas à consideração da RAADH

- a. Medicalização Indiscriminada de Crianças e Adolescentes;
- b. ~~Atuação conjunta da RAADH e da Reunião de Ministros de Saúde do MERCOSUL sobre a Medicalização Indiscriminada de Crianças e Adolescentes;~~
- c. Comentário Geral do Comitê dos Direitos da Criança da ONU sobre "Crianças, Adolescentes e o Meio Empresarial";
- d. Aprovação do Programa de Ações sobre Crianças e Adolescentes Migrantes, proposto pelo IPPDH;
- e. Apoio à candidatura do senhor Javier Salsamendi para a Presidência do Conselho Diretor do Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes;
- f. Apoio à candidatura do senhor Wanderlino Nogueira Neto e senhora Sara Oviedo para membros do Comitê dos Direitos da Criança da ONU;
- g. Reunião da Comissão Permanente Iniciativa Niñ@Sur em dezembro em conjunto com a RAADH;



h. Reunião conjunta das reuniões especializadas do MERCOSUL sobre tráfico de pessoas;

20. Lista de Anexos

Anexo I – Lista de Participantes;

Anexo II – Agenda;

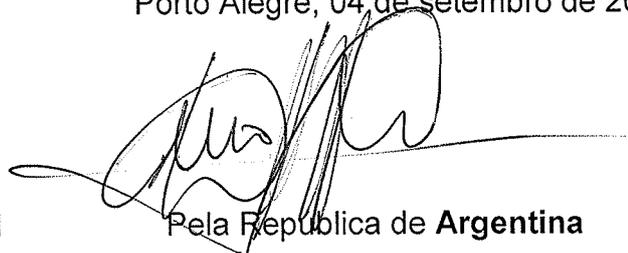
Anexo III – Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade;

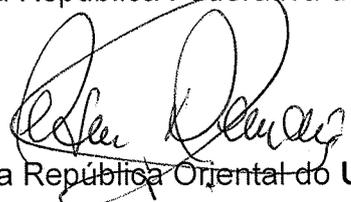
Anexo IV – Nota Conceitual tentativa sobre o Seminário Brasil-EUA sobre o Empoderamento das Meninas;

Anexo V – Ata nº 04/2012 da Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça dos Estados Parte do MERCOSUL e Estados Associados.

Porto Alegre, 04 de setembro de 2012.


Pela República Federativa do **Brasil**


Pela República de **Argentina**


Pela República Oriental do **Uruguai**

Pela República Bolivariana da **Venezuela**

Pelo Estado Plurinacional da **Bolívia**


Pela República do **Chile**

Pela República da **Colômbia**

Pela República do **Equador**

Pela República do **Peru**



Ministério da Justiça

Lista de Presença

Em cumprimento ao Acordo - TCU 2089/2009

Unidade do núcleo central do MJ: Secretaria de Direitos Humanos
 Evento: XXII RAADH - Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados
 Data: 03 de Setembro de 2012 - Comissão Permanente NIN@SUR
 Local: Porto Alegre/RS
 Evento Nº:

Qtd	Nome completo	Cargo / Função	Órgão / Empresa	Endereço	Telefones	E-mail	Assinatura
1	M. Luciano Elias Brunet	Diretor	OP-A. S. F. Asia	Av. Paulo de Rêgo	511 914031519	brunet@bentourel.com.br	
2	Dalya Franco	Vice-Prs.	CEBIA (IPSO)	R. Miguel Teixeira	511 99538115	dalyafranco@bentourel.com.br	
3	Jose Wilton Lyneal	Coordenador	ACM	Willy Wilton Lyneal	513215600	lyneal@bentourel.com.br	
4	MARIZA S. ALBERTON	Psic Social	Comitê Nacional de Enf. VSCA	Breda do Madrugada	5132331509 3160/904-POA 91122230	mariza@bentourel.com.br	
5	SILVANA	Assessor	IMBRASIL	BRASILIA-DF	61 33465058	silva@bentourel.com.br	
6	Fernando Louj	Assessor	Fsc. de Povos	Brasilia DF	61 8760035	fernando@bentourel.com.br	
7	CÉLIA REGINA VELAZQUEZ	Assessoria	SDH-PR	BRASILIA-DF	6198073154	celia@bentourel.com.br	
8	CÉLIA MARIA C. BONDURA	Assessoria	PLAN-BRASIL	São Luiz-MA	98-88060902	celia@bentourel.com.br	
9	Franisco A. M. Barros	Auditoria	IAP/ANCS	Rua Kelye	51 82220337	franisco@bentourel.com.br	
10	Nicolei Pereira	Coordenador	ING UBE	Brasilia DF	61 30221345	nicolei@bentourel.com.br	
11	Sandra R. Araújo	Coordenadora	USBE - ES	Porto Alegre	51 33140589	sandra@bentourel.com.br	
12	Personam Martins Jacus	Coord. Pedag.	SOME-USBE	POA	51 91460043	personam@bentourel.com.br	
13	Gláucia Martins Dolmeiros	Assist. Social	SOME	POA	51 33140383	glauca@bentourel.com.br	
14	FRANCISCA ROSBARBA	Coordenadora	SAVE the CHILDREN	ASUNICION	595-24-441800	francisca@bentourel.com.br	
15	JIMENA GILGIANI	ARTEFORMA	MAJISTA	CURITIBA PR	(41) 98129279	gilgiani@bentourel.com.br	
16	MARISTINA ROSA SILVA	GERENTE	ROSA ROSA	São Paulo	11 93997368	maristina@bentourel.com.br	
17	FEDERICO PERAZZA	DIRETOR DDH	CANCELARIA UNAMU	Fluorévidéo	5382 5021010	federico@bentourel.com.br	
18	Luiz FURTNER	DIA. COOP. Internacionais	MANU	GR. FORT. S. Camela - univ. a)	099542230	lufurtner@bentourel.com.br	
19	DAMIEC MIRANDA	Alefor	IDA U	TRIDNAS 482	099160604	damiec@bentourel.com.br	

19/9



Ministério da Justiça

Lista de Presença

Em cumprimento ao Acordo - TCU 2089/2009

Unidade do núcleo central do MJ: Secretaria de Direitos Humanos
Evento: XXII RAADH - Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados
Data: 03 de Setembro de 2012 - Comissão Permanente NIÑ@SUR
Local: Porto Alegre/RS
Evento Nº:

Ord	Nome completo	Cargo / Função	Órgão / Empresa	Endereço	Telefones	E-mail	Assinatura
1	JAVIER SANCARINI	Presidente	MAJ	REDNAS 482	099 263683	javier.sancarini@pivotal.com.br	
2	CHARLES NUODENOS	CONSTITUÍDO	COMUNDA	---	(21) 96855388	charlesnuodenos@br.com.br	
3	Carmen Oliveira	Secretaria	SMDIA/SDH	---	(61) 9193-0486	carmen.oliveira@slh.gov.br	
4	Valéria Pereira de F. Costa	DNI - ANEXO	Assessoria	Reitoria	(24) 9293-2933	valeria.pereira@slh.gov.br	
5	VALENA NOVAK	IPDDA NEBOSUK	Hyndente	SALEMENTO 552	(541) 92365840	VALENOVAK@GMAIL.COM	
6	George Lima	SDH/PR	Assessoria	---	(61) 9213-6681	george.lima@pivotal.com.br	
7	Audrey Pereira de Freitas	Assessoria	RNH SECO	AV. AMBROSIO 34	(31) 95700821	audrey.pereira@pivotal.com.br	
8	Victoria MARTINEZ	Diretora de Políticas de Direitos Humanos	Secretaria de RH	25 de Mayo 544	(541) 51676500	victoria.martinez@pivotal.com.br	
9	MAISA GATTAM	Presidente do Núcleo	SEDAF	Rua 54 1	(541) 56650816	maisa.gattam@pivotal.com.br	
10	Beatriz Contreiras	Assessora	Participação de RH	---	(562) 8774919	beatriz@pivotal.com.br	
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							

Ministério da Justiça

Lista de Presença

Em cumprimento ao Acórdão - TCU 2089/2009

Unidade do núcleo central do Mj: Secretaria de Direitos Humanos
 Evento: XXII RAADH - Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados
 Data: 04 de Setembro de 2012 - Comissão Permanente NIN@SUR
 Local: Porto Alegre/RS
 Evento Nº:

Ord	Nome completo	Cargo / Função	Órgão / Empresa	Endereço	Telefones	E-mail	Assinatura
1	Waldemar Raimundo	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	11 970 37303	W.RAIMUNDO@UNOCSA.COM	
2	Paula Matt	Coordenador	UFMS/ES. Conselho	C. Paula - MS	67 92633112	paulla.matt@ufms.br	
3	Roberto Wolffert	Coordenador	ORGANIZACAO DESENVOLVIMENTO	45009429519	55 999429519	roberto@observatorio.org.br	
4	Sandra R. Araújo	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	61 33465052	Sandra.raujo@maist.org.br	
5	Célia M. C. Bonilla	Coordenador	Plan. Intermunicipal	521114	198 88020706	Celia.bonilla@plan-internu.org	
6	Emmanuel Odo Serrano	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	53 82089762	emmanuelodo@unocsa.com	
7	Sandra R. Araújo	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	61 33465052	Sandra.raujo@maist.org.br	
8	Francine Martins Jacurus	Coord. Pedag.	SOME-USABE	POA	51 91660043	francine.martins@maist.org.br	
9	Debra Daura	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	61 33465052	debra@unocsa.com	
10	Tiziana Garcia	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	41 98129279	tiziana@unocsa.com	
11	Yolanda Nogueira	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	61 30221345	yolanda@unocsa.com	
12	FRANCISCA SERPORA	Coordenador	SAC THE CHILDREN	SAO PAULO	55 11 5082 4158	francisca@unocsa.com	
13	WENNA NUNNE	Coordenador	PPDH MEXICO	SACIEN TOS 52	5411 5236 5810	wenna@unocsa.com	
14	JAYROS VICTORIOS	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	21 563 6338	jayros@unocsa.com	
15	ROSA LUCIA ORTIZ	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	55 11 5082 4158	rosa@unocsa.com	
16	DALIEL VIKALINA	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	55 11 5082 4158	daliel@unocsa.com	
17	JANIERA SALGUEIRO	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	55 11 5082 4158	janiera@unocsa.com	
18	Luiz Furtado	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	55 11 5082 4158	luiz@unocsa.com	
19	Hudson Freitas	Coordenador	UNOCSA	Sf. Raimundo	55 11 5082 4158	hudson@unocsa.com	



Ministério da Justiça

Lista de Presença

Em cumprimento ao Acórdão - TCU 2089/2009

Unidade do núcleo central do MJ: Secretaria de Direitos Humanos

Evento: XIII RAADH - Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados

Data: 04 de Setembro de 2012 - Comissão Permanente NIN@SUR

Local: Porto Alegre/RS

Evento N°:

Cid	Nome completo	Cargo / Função	Órgão / Empresa	Endereço	Telefones	E-mail	Assinatura
1	MARIA S. ALBERTON	Coordenadora	Município de Porto Alegre/RS	Av. Borges de Medeiros 1511/3231507	(51) 3231507	maria.alberton@tcm.mt.gov.br	
2	MARISA GADUYSN	Dir. C. Adm.	SENTE	PERALUSI 2412	0541143395	mgnaham@senf.gob.br	
3	VICTÓRIA MARTINEZ	Dir. de Gestão	SEBBM	25 de março 544 - 2011 5169	6866	retorquim@sebbm.gov.br	
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							



Ministério da Justiça

Lista de Presença

Em cumprimento ao Acordo - TCU 2089/2009

Unidade do núcleo central do MJ: Secretaria de Direitos Humanos

Evento: XXII RAADH - Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados

Data: 04 de Setembro de 2012 - Comissão Permanente NIÑ@SUR (tarde)

Local: Porto Alegre/RS

Evento Nº:

Qtd	Nome completo	Cargo / Função	Órgão / Empresa	Endereço	Telefones	E-mail	Assinatura
1	Trinena Guimarães	Assessora	MAJISTR	Quinhá - RJ	(41) 9812 9274	dorci@majistr.org.br	
2	Dele D'Avila	Assessor	UNBRASIL	Grax - Rio de Janeiro	(61) 81760060	leide@unbrasil.org.br	
3	Januarino Noqueira	Assessor	CEDESA - RJ	Ribopoll	(24) 9293-2933	uniquiera@cedesa.org.br	
4	Milda Pereira	Coordenadora	Nevisita	Brasília	(61) 3022/3415	mildapereira@nevisita.org.br	
5	Personel Martins Soares	Coordenadora	SOME-USBEZ	POA - RS	(51) 91660043	personel@some.org.br	
6	Sandra Regina Araujo	Coordenadora	USBEC	POA - RS	(51) 91403142	sandra.sa@majist.org.br	
7	Fra Necessa Jesuara	Coordenadora	SAVETRIESTE	ASUNCIÓN	595-21-44186	francenessa@savetrieste.org.uy	
8	Francisco A. M. Torres	Coordenador	ANCED	Porto Alegre	(51) 82220332	francisco@anced.org.uy	
9	Olivia M. C. Bonilla	Amonora	PLAN - Internacional	52/M4	(98) 8802.0504	olivia.bonilla@plan-international.org	
10	Karla Clark Aeble	Voluntária	Brasiguatemala	POA	91796878	karla@brasiguatemala.org	
11	Victoria Martinez	Docente	Universidad SMMH	5 de mayo 54.	5167.6500	victoria@u-smmh.org	
12	Daniel Miranda	Assessor	INRAU	Pielar 433	5989916044	daniel@inrau.org	
13	Javier Salas Mendy	Presidente	UNSAU	Piempas 482	59899365083	jasalas@unsaunsa.com	
14							
15							
16							
17							
18							
19							



Ministério da Justiça

Lista de Presença

Em cumprimento ao Acordo - TCU 2089/2008

Unidade do núcleo central do Mj: Secretaria de Direitos Humanos

Evento: XXII RADH - Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados

Data: 04 de Setembro de 2012 - Comissão Permanente NIN@SUR (tarde)

Local: Porto Alegre/RS

Evento N°:

Qtd	Nome completo	Cargo / Função	Órgão / Empresa	Endereço	Telefones	E-mail	Assinatura
1	ANSELMO MACHADO	Coordenador	CPAS ex-cm	Av. Imbuí	67 92033112	anselmomachado@cpas.com.br	
2	MARILIA GRUBBS	Diretora	SEJUSF	Beaufort	01143388811	marilia@sejuf.org.br	
3		ADJUNTO					
4	CARLOS RODRIGUES	COORDENADOR	COVA UDA.		(21) 96359388	carlosrodrigues@covada.com.br	
5	Cirne Oliveira	Secretaria	GOPI		(61) 9192-0486	cirne.oliveira@sejuf.org.br	
6	Rosa Maria Ortiz	Consultora	CIDH		(582) 21214574	rosa.maria.ortiz@sejuf.org.br	
7	Fernando Louz	Assessor	Exec. de Planejamento	DSB	61 876.0035	fernando.louz@sejuf.org.br	
8	MARIZA S. ALBERION	Coordenadora de Comunicação	Ass. Pol. E. de Usos Espec. da Pres. da Rep. do Brasil	Av. Brasil, 3740 - Bloco 10 - Térreo - Brasília - DF	(51) 32331502 (51) 91108220	mariza.alberion@sejuf.org.br	
9	Andréa Fróis	Assessor de Imprensa	KNH	Av. Amazonas 314	(31) 34635200	andrea@sejuf.org.br	
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							